
Inclusão-exclusão de pessoas com deficiência: contribuições do PPGPSI-UFSJ e possibilidades de novas agendas de pesquisa

Maria Nivalda de Carvalho-Freitas

Celso Francisco Tondin

Larissa Medeiros Marinbo dos Santos

Andréa Carmen Guimarães

Introdução

A temática da inclusão-exclusão de pessoas com deficiência tem sido objeto de investigação da linha de pesquisa “Indivíduo, Saúde e Sociedade” do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de São João del-Rei (PPGPSI-UFSJ) nos últimos 10 anos e faz parte do trabalho de pesquisadores e pós-graduandos do Núcleo de Pesquisa em Acessibilidade, Diversidade e Trabalho (NACE), tendo contribuído para o conjunto da produção do conhecimento nesse campo, conforme indicado em revisões de literatura realizadas por Faria e Carvalho (2013) e Simonelli e Jackson Filho (2017).

Adotamos o construto inclusão-exclusão por entender que as pesquisas realizadas no programa, ainda que não explicitamente, têm como pressuposto que as pessoas com deficiência fazem parte de um contexto em que a contradição exclusão x inclusão, discutida por Sawaia (2012), oferece o pano de fundo e os atravessadores de uma relação estabelecida entre interesses diversos, na

maioria das vezes conflitantes, entre pessoas com e sem deficiência, o que pode culminar em pontos diferentes em um *continuum* que pode ir da completa exclusão a uma inclusão plena.

Nesses 10 anos, foram defendidas 20 dissertações relacionadas às pessoas com deficiência. Em relação às instituições de trabalho, foram realizadas pesquisas sobre: treinamento, desenvolvimento e adequação das condições e práticas de trabalho (MAIA, 2014); políticas e práticas de gestão de carreira e satisfação de pessoas com deficiência (ASSUNÇÃO, 2014); percepção de suporte social e organizacional e o significado do trabalho (TETTE, 2013); atitude e socialização organizacional (DIAS, 2014); sentidos do trabalho para pessoas com deficiência adquirida (SANTOS, 2016); e inclusão efetiva, desenho do trabalho e satisfação no trabalho (SILVA, 2019a). Também foram conduzidas pesquisas relacionando concepções de deficiência: com valores organizacionais (ÁVILA VITOR, 2011), com a percepção de desempenho por tipo de deficiência (SUZANO, 2011), com a socialização organizacional (ASSIS, 2012), com a Lei de Cotas em concursos públicos (NEPOMUCENO, 2013), com a atitude de profissionais de Recursos Humanos (REZENDE, 2013), com a percepção de qualificação profissional de alunos de APAEs (COSTA, 2013), com o vínculo estabelecido com pessoas com deficiência em pequenas empresas (SILVA, 2014) e com contato intergrupar (REZENDE JUNIOR, 2019). Em relação às questões relacionadas à sociedade, de forma mais ampla, foram realizadas pesquisas sobre a construção da identidade de pessoas com deficiência (ANDRADE, 2014); a identidade para si de pessoas com deficiência (IGLESIAS, 2017); e a dimensão psicossocial do espaço urbano (LIMA, 2012). Relacionada às instituições educacionais foi realizada pesquisa sobre a formação de professores e a educação inclusiva (TAVARES, 2016); e sobre valores do trabalho e modelos de deficiência entre profissionais da educação (SILVA, 2019b). Também foi realizada pesquisa tendo por objeto a saúde psíquica de estudantes que participam de olimpíadas paralímpicas, associando motivação e resiliência (RESENDE, 2018).

Esse conjunto de dissertações, além das pesquisas conduzidas pelos docentes do programa, têm mostrado a importância do trabalho para as pessoas com deficiência e indicado a relevância do contexto de formação educacional para o processo de inclusão (LUCACHINSKI; TONDIN, 2018; TAVARES, 2016; CARVALHO-FREITAS; SILVA; FARIAS; OLIVEIRA; TETTE, 2013), além da importância de ações de promoção de saúde física e psicológica para a inclusão dessas pessoas (CARVALHO-FREITAS; SANTOS; MAGALHÃES; MOREIRA; VIEIRA-SILVA; SILVA; GUIMARÃES, 2016).

Essas pesquisas têm se utilizado de referenciais teóricos diversos para a compreensão, descrição e explicação dos processos de exclusão-inclusão, como as teorias relacionadas ao comportamento organizacional (HITT; MILLER; COLELLA, 2007), clássicos da literatura como Goffman (1989), Foucault (2001), Canguilhem (2006) e Allport (1954). Além disso, os pesquisadores do NACE têm buscado identificar as categorias de análise que melhor auxiliam na compreensão da inclusão-exclusão das pessoas com deficiência nos diversos espaços sociais (CARVALHO-FREITAS; TETTE; PAIVA; NEPOMUCENO; SILVA, 2018).

Considerando esse cenário, o objetivo do presente capítulo é refletir sobre a potencialidade de alguns referenciais teóricos para a construção de novas agendas de pesquisa, buscando a ampliação do conhecimento sobre inclusão-exclusão de pessoas com deficiência, a saber: referenciais que discutam as tensões, paradigmas e a teoria do reconhecimento; o modelo bioecológico; os estudos culturais e a psicologia social; e a saúde e qualidade de vida dessas pessoas.

Tensões, paradigmas e teoria do reconhecimento

Uma tensão habitual no campo de conhecimento sobre a deficiência é relacionada às terminologias a serem adotadas. Ao longo do tempo têm sido atribuídas às pessoas com deficiência várias denominações, por exemplo,

aleijado, retardado, deficiente, pessoa com necessidades especiais, pessoa deficiente, pessoa com deficiência (DINIZ, 2007), pessoa em situação de deficiência (PLAISANCE, 2015), pessoa com diversidade/diferença funcional (ROMAÑACH CABRERO; LOBATO, 2005). São múltiplas denominações que são buscadas para tentar escapar da desqualificação a que esse grupo historicamente foi objeto. Segundo Romañach Cabrero e Lobato (2005), as palavras ou termos possuem ideias e conceitos associados e representam valores culturalmente aceitos sobre o objeto nomeado. Esses valores são transmitidos ao longo do tempo, usando as palavras como veículo, e fazem parte de concepções mais amplas sobre a questão da deficiência (CARVALHO-FREITAS; MARQUES, 2007).

Além disso, quatro paradigmas têm reivindicado a legitimidade para a produção do conhecimento nesse campo. O primeiro deles, o modelo individual, se ancora em pressupostos médicos e em processos de reabilitação da pessoa com deficiência e coloca a deficiência como uma questão circunscrita a quem a possui, cabendo aos profissionais da saúde a determinação dos destinos e possibilidades dessas pessoas (OLIVER, 1996). O segundo paradigma presente na atualidade é denominado de modelo social da deficiência (BARNES, 2011). Ele desloca o foco da deficiência do indivíduo para o contexto social em que a pessoa se encontra, sendo a sociedade entendida como a promotora da deficiência, isto é, responsável por “desabilitar” as pessoas que não correspondem às normalizações da organização social (formas como o espaço social, urbano etc. estão concebidos), sendo referência para pesquisas, convenções internacionais e políticas públicas (OLIVER, 1996; BARNES, 2011). Esse paradigma acentua a importância da mudança social, do empoderamento das pessoas com deficiência e da pesquisa emancipatória como necessária para se pensar os direitos, o trabalho e a educação dessas pessoas.

Um terceiro paradigma, o modelo biopsicossocial, tem sido adotado como parte das referências da Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF), tentando articular a dimensão biológica, social e psicológica como parâmetros

explicativos para a compreensão da deficiência e definição da funcionalidade das pessoas (KAZOU, 2017).

O quarto paradigma é o que se denomina modelo da diversidade funcional. O conceito de diversidade funcional é relativamente novo na produção do conhecimento, tendo sido cunhado pelo Fórum de Vida Independente, em 2005, na Espanha. Palacios e Romañach (2006), pesquisadores que fizeram parte desse fórum, defendem uma rejeição ao determinismo biológico explicitado no desvio à norma (construída socialmente) para princípios baseados na bioética. Nesse modelo, as pessoas com deficiência fazem parte de uma diversidade que é funcional, assim como diversidade étnica, de gênero etc. Para esses pesquisadores, a nova compreensão da deficiência tem um impacto, inclusive, na forma de nomeação das pessoas com deficiência denominadas como pessoas com diferença funcional ou fazendo parte do grupo de diversidade funcional.

Entre os paradigmas também a nomeação da deficiência tem sido objeto de controvérsias. Por exemplo, os fundadores do modelo social chamam a atenção para a importância de se manter a identidade configurada pela deficiência e as vantagens políticas da denominação pessoas deficientes (*disabled people*) (CARVALHO-FREITAS; SILVA; TETTE; SILVA, 2017). No entanto, os defensores do modelo da diversidade defendem que a nomeação de diferença funcional pode ter um caráter pedagógico e também político, no sentido de deslocar a questão biológica para uma discussão sobre as normas sociais que definem um padrão de funcionamento do corpo tido como ideal, desejável. Retomando-se essas discussões no contexto da inclusão-exclusão, é importante considerar que essa discussão terminológica se concretiza em uma relação entre maioria (pessoas sem deficiência) e minoria (pessoas com deficiência), sendo caracterizada como uma relação de tensão e conflito, pois são grupos com interesses distintos e com possibilidades de voz e de reconhecimento marcados por desigualdades históricas. Nesse sentido, Honneth (2009) pode auxiliar sobremaneira a problematizar essa questão, ampliando as discussões da inclusão-exclusão de pessoas com deficiência e trazendo novas possibilidades de compreensão para essas relações.

Honneth (2009) entende o conceito de reconhecimento, dentro do campo da moral, em que propriedades normativas estão presentes nas relações comunicativas existentes em uma coletividade política, com vista ao respeito para com a outra pessoa que é parte da relação e que se configura como um processo de luta. Afirma que o conceito de eticidade, próprio da teoria do reconhecimento, parte do pressuposto de que a integração social só é possível mediante a existência de hábitos culturais que tem a ver com a forma como os relacionamentos recíprocos são estabelecidos. Segundo ele, as pessoas em seu processo de socialização se apropriam dos considerados “padrões sociais de reconhecimento”, o que faz com que, em uma mesma sociedade, os excluídos e os incluídos distingam quando são ou não são reconhecidos. A ausência desse reconhecimento gera sentimentos de desrespeito (experiência moral), podendo ter impactos subjetivos ou se transformar em uma resistência coletiva, quando as pessoas conseguem interpretar intersubjetivamente que o desrespeito é endereçado a um grupo inteiro e não apenas a uma pessoa (devido suas idiossincrasias). Nesse sentido, a questão da luta por reconhecimento pode ser circunscrita aos sentimentos de ser lesado ou ter tido uma experiência individual de desrespeito, desagregadas e privadamente elaboradas ou se transformar em uma luta coletiva por reconhecimento.

Considerando as terminologias propostas: pessoas com deficiência e/ou pessoas com diferença funcional dentro das discussões da luta pelo reconhecimento, conforme proposto por Honneth (2009), pode-se pressupor que a terminologia pessoas com diferença funcional pode ser sentida como uma experiência moral de respeito para com uma forma de ser e estar no mundo que se difere da norma, promovendo possibilidades de inclusão intersubjetivas e em contextos grupais menores. Por outro lado, a terminologia pessoas com deficiência, potencializa, em princípio, a construção de identidade coletiva possibilitada pela deficiência. Quando essa identidade coletiva cria uma tensão moral capaz de pôr em ação os conflitos sociais, ela gera movimentos de luta por direitos em que essas pessoas têm como pauta de reivindicação a necessidade de poderem falar em seus próprios nomes (“nada sobre nós, sem nós”) e em que processos de empoderamento e emancipação são buscados, além de

denunciarem a responsabilização da sociedade pela criação das deficiências, transformando diferenças em relações de opressão (OLIVER, 1996).

Considerando essas discussões, a utilização da teoria do reconhecimento de Honneth (2009) pode trazer a possibilidade de se ampliar as compreensões nesse campo, para além da questão das terminologias, tendo a categoria de luta por reconhecimento como uma gramática para se compreender os processos de inclusão-exclusão das pessoas com deficiência.

Modelo bioecológico

Refletir sobre o binômio inclusão-exclusão da pessoa com diversidade funcional, mais especificamente pessoa com deficiência, a partir da perspectiva bioecológica, depende da compreensão do modelo Processo-Pessoa-Contexto-Tempo (PPTC) que parte de pressupostos que indicam que: 1 – a pessoa sempre está em desenvolvimento; 2 – este processo se dá a partir do que Bronfenbrenner e Morris (1998) denominam de processos proximais; 3 – esta se desenvolve a partir de seus contextos em um tempo (pessoal e histórico) de acordo com seus recursos, disposições e suas demandas. É importante salientar que a perspectiva se aplica a aspectos do desenvolvimento humano nos diversos contextos nos quais a pessoa está inserida e, também, de acordo com as suas próprias características. Nesse sentido, os constructos inclusão e exclusão não são diretamente explorados nos trabalhos realizados a partir desta abordagem, mas podem ser compreendidos ao tratarmos dos diversos contextos e processos proximais, como fatores que contribuem ou dificultam o processo de desenvolvimento.

Como afirmado, o modelo PPTC parte de uma compreensão própria do conceito de desenvolvimento humano, proposta por Bronfenbrenner e Morris (1998). Em primeiro lugar, os autores partem da noção, defendida por outros teóricos do desenvolvimento, de que este deve ser compreendido em toda a sua complexidade, por meio do jogo dinâmico que envolve o tempo (pessoal/histórico), o contexto (os ambientes) e os níveis de análise (individual,

grupais, social) (The Carolina Consortium on Human Development, 1996). Bronfenbrenner e Morris afirmam que se referem ao desenvolvimento como “à estabilidade e mudança nas características biopsicológicas dos seres humanos durante o curso de vida e através das gerações” (Bronfenbrenner; Morris, 1998, p. 796. tradução nossa¹), sendo que as mudanças só podem ser consideradas como desenvolvidas se se mantêm estáveis por um determinado período de tempo, mesmo que possam ocorrer novas mudanças e novas estabilidades. Cabe considerar ainda que o conceito de desenvolvimento, nessa perspectiva, não implica em falarmos em “mudar para melhor”, mas simplesmente em mudar, sem implicações valorativas.

É a partir dessa visão de desenvolvimento que o modelo PPTC abrange uma visão sistêmica desse processo. Os processos se referem aos chamados “processos proximais”, processos que ocorrem durante as atividades cotidianas das quais as pessoas participam, na relação entre as características das pessoas, ou da pessoa, com o ambiente (contexto) em que as relações se desenvolvem (KOLLER, 2004).

A pessoa é compreendida a partir de três características: as disposições, as demandas e os recursos. Essas características são sempre discutidas em oposição, demonstrando seus potenciais positivos ou disfuncionais na relação com os processos proximais. As disposições são compreendidas com a disponibilidade de cada um para participar nos processos proximais. Os recursos em seu polo positivo dizem respeito às experiências prévias e às competências da pessoa em desenvolvimento, e em seu polo negativo estão relacionados à disfunção ou aos atributos que podem limitar a participação da pessoa no seu contexto. Entre os recursos podem ser citadas as características biopsicológicas, que incluem a questão da deficiência, que pode participar do processo enquanto uma limitação, mas, a depender do contexto, como potencializador do desenvolvimento. E a demanda está relacionada à forma como a pessoa encoraja

1 “... we use the term development to refer to stability and change in the biopsychological characteristics of human beings over the life course and across generations”.

ou desencoraja as reações do ambiente, facilitando ou dificultando o processo proximal (BRONFENBRENNER; MORRIS, 1998).

Finalmente, podemos falar do tempo (T) e dos contextos (C). De acordo com o Modelo Bioecológico (BRONFENBRENNER; MORRIS, 1998), o desenvolvimento ocorre em contextos denominados sistemas: microssistema, mesossistema, exossistema, macrossistema, e um tempo, que é ao mesmo tempo pessoal, social e histórico. O microssistema pode ser compreendido como o local das interações face a face, formado na relação da pessoa com os seus ambientes imediatos, tais como a família ou a escola, no caso de uma criança. O mesossistema é formado pelos padrões de relações entre dois ou mais microssistemas, tais como as relações entre a casa e a escola. O exossistema é constituído pelo conjunto de instituições sociais que não contêm diretamente a pessoa, mas que podem afetar o seu microssistema e o seu mesossistema, o conselho tutelar, o trabalho dos pais, um sistema de saúde, que bom ou não ser usado, mas que afeta a pessoa se não for de qualidade ou se não estiver presente. O macrossistema, por fim, se refere ao conjunto de sistemas da cultura e da subcultura, composto por valores, crenças e normas que influenciam o comportamento do grupo no qual a pessoa está inserida historicamente, tais como os valores relacionados à pessoa com deficiência (CARVALHO-FREITAS; MARQUES, 2007) que podem afetar a forma como o grupo se relaciona com ela, no processo de exclusão e/ou inclusão. E o cronossistema, que está relacionado à dimensão temporal e engloba o microtempo, o mesotempo e o macrotempo. O microtempo diz respeito às continuidades e descontinuidades nos episódios dos processos proximais. O mesotempo à periodicidade desses episódios. E o Macrotempo às expectativas e aos eventos da sociedade em geral, da mesma geração ou de gerações que afetam ou são afetadas por processos do desenvolvimento ao longo do curso de vida.

Nesse sentido, as relações inclusivas e excludentes que ocorrem em um determinado ambiente podem contribuir para promover ou dificultar o desenvolvimento da pessoa. O desenvolvimento ocorre em um determinado tempo e espaço em uma relação sistêmica da pessoa, suas características (recursos,

disposições, demandas), os processos proximais dos quais ela participa. Uma criança com deficiência intelectual, por exemplo, ao ser incentivada desde o início da sua vida, no seu contexto familiar, a frequentar a escola e desenvolver-se intelectualmente, e que se depare na escola com um contexto inclusivo (realmente inclusivo), poderá ter mais oportunidades de desenvolvimento, do que uma criança sem deficiência que não é incentivada a frequentar a escola ou a estudar.

Os processos de inclusão e/ou exclusão estão relacionados à nossa cultura e variam de acordo com o nosso tempo, afetando os processos proximais e os contextos nos quais as pessoas estão inseridas, portanto, sua contribuição para o desenvolvimento deve ser refletida considerando que os efeitos dos processos proximais têm sobre o desenvolvimento e o fato de que estes variam em seu efeito de acordo com as características pessoa, do ambiente/contextos (imediato e remoto), da natureza dos próprios resultados no desenvolvimento, das mudanças e continuidades sociais ao longo do tempo e do período histórico em que a pessoa vive (BRONFRENBERNER; MORRIS, 1998). Para pensar a questão da deficiência e os processos de inclusão/exclusão, consideramos que a visão do desenvolvimento humano a partir do modelo bioecológico nos permite a realização de trabalhos que permitam uma compreensão mais sistêmica dos processos de inclusão/exclusão e de como estas podem influenciar a pessoa e suas relações e a possibilidade de pensar contextos promotores de desenvolvimento saudável.

Estudos culturais e psicologia social

Os Estudos Culturais se apresentam como campo de estudos da cultura que assumem a perspectiva dos grupos historicamente marginalizados, valendo-se dos conhecimentos de diversos outros campos, com os quais faz uma “espécie de alquimia” (COSTA, 1999). Nesse sentido, podem ser articulados com constructos da Psicologia Social que assumem igual compromisso com a transformação social.

A partir dos Estudos Culturais, Silva (2009) afirma que as pedagogias que se atêm à celebração da diversidade veiculam um apelo a ideias de tolerância e de respeito para com os diferentes, mas adverte que essa posição se limita à simples afirmação da identidade e da diferença, o que resulta que elas sejam essencializadas, naturalizadas, cristalizadas, e, assim, restam tomadas apenas como fatos ou dados que exigem da/na escola atitudes de aceitação.

Visando superar essa insuficiência, o autor compartilha a defesa de uma pedagogia crítica que questione os mecanismos que conferem a determinadas identidades a posição de referência às quais as outras são atreladas. Ou seja, essa perspectiva entende que a diferença é um derivado da identidade, pois ela é vista como ponto de referência, o ponto original relativamente ao qual se define a diferença no contexto das relações de poder. “Tratam-se de processos em que estão sempre envolvidas relações de poder, ou seja, que procuram impor determinados significados (e não outros quaisquer). É como resultado desses processos que se estabelecem as identidades” (VEIGA-NETO, 2000, p. 56).

Na mesma direção, a Psicologia Social, mais especificamente a Psicologia Sócio-histórica, argumenta que o fenômeno psicológico “não pertence à Natureza Humana; não é preexistente ao homem; reflete a condição social, econômica e cultural em que vivem os homens” (BOCK, 2007, p. 22). Portanto, a subjetividade humana deve ser compreendida na relação do indivíduo com as condições objetivas de sua existência, num processo em que ele atua e modifica o mundo, mediado pela linguagem, ao mesmo tempo em que este (mundo) oferece os elementos para a sua constituição psicológica. Isso significa que a Psicologia Sócio-história rompe com formulações que cindem os mundos interno e externo, subjetividade e objetividade, e compreendem essa relação de modo natural e a-histórico.

Sawaia (2001), também no campo da Psicologia Social de base materialista histórico-dialética, propõe pensar a dialética exclusão/inclusão como tensão permanente, numa dinâmica marcada por avanços, estancamentos e retrocessos.

Nesse sentido, a autora entende inclusão e exclusão não como termos opostos e fixos, mas contraditórios, indissociáveis e constituídos nas relações e em diferentes contextos históricos, portanto, em constante movimento.

Esses pressupostos permitem pensar a produção da identidade – tomada como igualdade posto que é referência – e diferença no contexto das relações entre inclusão e exclusão. Ademais, se o compromisso for com a produção de novos modos de existência e relações sociais libertárias, esse intento, no marco da sociedade capitalista, implica refletir sobre os processos de (re)produção das desigualdades escolares e sociais.

Pensar a tensão inclusão/exclusão no contexto das desigualdades requer reconhecer que as políticas de inclusão, se não problematizadas, podem incidir em processos que se pretendem inclusivos, mas que acabam por produzir novas desigualdades na medida em que estão fundados em ideias preconceituosas, estigmatizantes e desqualificadoras das camadas/setores/grupos mais vulneráveis em nossa sociedade, como é o caso das pessoas com deficiência. Operando com essa percepção, podemos melhor compreender os paradoxais processos de inclusão que não incluem, que mascaram a exclusão, aos quais Sawaia (2012) denomina de “inclusão perversa”.

Nesse sentido, Arroyo (2010; 2011) contribui para pensar as concepções veiculadas pelas políticas de inclusão. Elas se apresentam por meio de discursos que tornam os diferentes em desiguais e os consideram como excluídos ou ainda não incluídos num ideal generalista, universalizante, abstrato e descontextualizado de escola que tem predominado nessas políticas, e que é considerado sinônimo de igualdade de direitos.

Desse ponto de vista, o autor assevera que a inclusão se apresenta como uma medida mais branda do que o rompimento com as desigualdades, das quais o próprio Estado participa da produção, configurando-se como uma “inclusão-excludente”. Por isso, um dos efeitos das políticas inclusivas pode ser o fortalecimento das desigualdades que afetam os diferentes feitos desiguais e

que não condizem com esse modelo único de escola (ARROYO, 2010; 2011). Tal mecanismo fica muito evidente quando, por exemplo, mesmo com o ideário de escola comum, uma parcela de alunos com deficiência ainda é endereçada para escolas especiais como principal ou até único recurso pedagógico, com a justificativa de ser a “melhor” alternativa para eles.

Com base nesses breves apontamentos que dimensionam as políticas de inclusão como prática cultural, é possível colocar em análise as assimétricas relações de poder em nossa sociedade que possibilitam que as diferenças sejam hierarquizadas, de modo que as pessoas sem deficiência não se percebem como diferentes, já que o paradigma da não-deficiência ainda é padrão de referência e ocupa posição privilegiada na hierarquia das diferenças.

Ao passo que os diferentes são tomados como desiguais (ARROYO, 2010; 2011), os alunos sem deficiência são a identidade, a norma a qual se referenciam as identidades dos alunos com deficiência, lidos como diferentes. Colocar em análise as relações de poder tem, portanto, uma intencionalidade política e produz efeitos no processo de constituição das identidades, provocando deslocamentos nas relações e práticas culturais.

Saúde e qualidade de vida

De acordo com a World Health Organization (2011), existem aproximadamente 600 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência no mundo. Dentro das discussões sobre inclusão-exclusão, as questões da saúde e qualidade de vida dessas pessoas também precisam ser consideradas como questões básicas para a promoção de autonomia e independência das pessoas com deficiência. Pessoas que vivem em países subdesenvolvidos ou em desenvolvimentos necessitam de ações de cuidado específicos, já que as condições sociais nas quais as pessoas com deficiência estão inseridas tendem a acometer diretamente a qualidade de vida e sua interação social (RESENDE; GOUVEIA, 2011).

Segundo Rebouças *et al.* (2016) a qualidade de vida é compreendida como uma simbiose entre aspectos da saúde física, social, psicológica além dos níveis de independência e a correlação com o ambiente. Pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida em contextos pouco acessíveis apresentam limitações que podem afetar diretamente os níveis de independência para realização de atividades da vida diária, que culmina em uma redução significativa da autonomia funcional e qualidade de vida (DE MOURA *et al.*, 2018).

Compreendem-se como atividades da vida diária (AVDs) aquelas atividades básicas relacionadas ao autocuidado, como tomar banho, vestir-se, alimentar-se, já as atividades instrumentais da vida diária (AVDIs) são consideradas mais complexas, mas fundamentais para uma vida autônoma e independente, como fazer compras, preparar refeições, ir ao banco, tarefas que podem ser facilmente desempenhadas por indivíduos sem deficiência, entretanto, de acordo com de Moura *et al.* (2018) pessoas com deficiência são mais propensas a apresentarem dificuldades e limitações nas realizações das AVD's e AVDI's (DE MOURA *et al.*, 2018). Dificuldades essas que se potencializam pela inexistência ou precarização de ações específicas voltadas para pessoas com deficiência como a acessibilidade e a inclusão social, além de dificuldade de acesso dos usuários a serviços de reabilitação e autonomia (BRASIL, 2008). Torna-se necessário ressaltar que o aumento significativo e gradativo dos fatores de risco para o desenvolvimento das doenças crônicas não transmissíveis também pode acometer esses indivíduos. Machado e colaboradores (2016) comentam que a inexistência de políticas públicas voltadas para essa população pode impingir e agravar as condições de saúde das pessoas com deficiência. O estudo de Machado *et al.* (2016) demonstrou níveis elevados de sobrepeso e obesidade entre pessoas com deficiência visual. Já Nogueira *et al.* (2016) evidenciaram que aproximadamente 48% das deficiências presentes em seu estudo foram decorrentes das doenças crônicas não transmissíveis.

Tais evidências ressaltam a importância em elaborar planos terapêuticos e de cuidados embasados nas necessidades das pessoas com deficiência, em que instituições de ensino superior podem ser parceiras, auxiliando na formação

e promoção de serviços que visam à ampliação de políticas públicas no atendimento no âmbito biopsicossocial de pessoas com mobilidade reduzida e ou limitação funcional (GUIMARÃES *et al.*, 2017).

O desenvolvimento conjunto da ciência, tecnologia e inovação faz-se imprescindível no âmbito da inclusão, em que os conhecimentos científicos e tecnológicos podem ser divulgados por meio de artigos científicos, mas também por meio de patentes (GUIMARÃES *et al.*, 2017).

Um estudo desenvolvido no último ano por Maia *et al.* (2019) verificou pessoas com deficiência física ou com mobilidade reduzida que apresentavam elevados fatores de risco condicionantes e determinantes de doenças cardiovasculares, evidenciando a carência de pesquisas com essa temática para essa população. No tocante a deficiência intelectual, o atual estudo de Maia *et al.* (2019) relata a eficácia do exercício físico para pessoas com Síndrome de Down desde que se tenha um profissional capacitado como condutor, despertando a potencialidade, autonomia, autoestima, desses indivíduos, levando à melhoria da qualidade de vida.

Notamos com os estudos apresentados a importância de se ter um ambiente adequado ao atendimento desses indivíduos, realizando-se um estudo descritivo, no período de 2012 a 2014, em que foram planejadas e desenhadas tecnologias de inovação para aparelhos de musculação que puderam se tornar mais acessíveis a pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida (GUIMARÃES, 2017). As diversas pesquisas já desenvolvidas com esses aparelhos comprovaram o efeito benéfico do exercício físico como incentivo à autonomia funcional dos indivíduos, uma vez que permitiu ganho de força muscular, melhora do equilíbrio, fortalecimento de membros superiores e tronco, além de efeitos cardiometabólicos contra o sedentarismo e obesidade, evidenciando um maior nível de atividade física entre os participantes do presente estudo (GUIMARÃES, 2017).

Considerações finais

O conjunto de pesquisas sobre inclusão-exclusão reflete a identidade da linha de pesquisa “instituições, saúde e sociedade” e traz para o cenário das discussões temas relacionados ao trabalho, à educação, à saúde e aos direitos dessas pessoas. A questão da inclusão-exclusão é abordada a partir das temáticas da linha e com diferentes perspectivas epistemológicas, teóricas e metodológicas. No entanto, os pressupostos axiológicos compartilhados pelos pesquisadores (cooperação, autonomia e multivocalidade) têm desdobramentos na produção do conhecimento, na proposição de novas agendas de pesquisas e em seus efeitos práticos como a possibilidade de emancipação das pessoas com deficiência. Mais do que pensar a inclusão apenas como acesso à produção e consumo de bens, têm sido buscados como cenários de referência outros possíveis modos de vida, organização social e econômica em que se possa construir uma sociedade mais inclusiva. Isso implica num trabalho de produção de outras formas de subjetividades em que valores coletivos relacionados à cidadania e à solidariedade se sobreponham aos valores individualistas.

Nesse sentido, o momento contemporâneo carece de outras práticas e produções de conhecimento que enfrentem e superem os processos de alienação, disciplinarização, medicalização, judicialização e militarização das relações sociais, com a apurada atenção aos desdobramentos desses processos na inclusão-exclusão das pessoas com deficiência na educação, saúde, trabalho, entre outros. Assim, é importante que a dialética inclusão-exclusão seja analisada em um campo de tensão e conflitos que possibilite a concreta efetivação de novas agendas de pesquisas nas instituições (trabalho, educação, saúde etc.) e na sociedade em geral.

Referências

ALLPORT, G. W. **The nature of prejudice**. Cambridge, MA: Addison-Wesley, 1954.

ARROYO, M. G. Políticas educacionais e desigualdades: à procura de novos significados. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n.113, p.1381-1416, out./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v31n113/17.pdf>>. Acesso em: 28 fev. 2019.

_____. Políticas educacionais, igualdade e diferenças. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação – RBPAE**, Goiânia, n. 27, v. 1, p. 83-94, jan./abr. 2011. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/19969/11600>>. Acesso em: 28 fev. 2019.

ANDRADE, P. A. **Amarra(a)ções**: construção da identidade das pessoas com deficiência e mercado de trabalho. 2014. 103f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2014.

ASSIS, A. M. **A socialização de pessoas com deficiência**: um estudo de caso numa organização de grande porte. 2012. 196f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2012.

ASSUNÇÃO, R. V. **Trabalhadores com deficiência**: um estudo sobre gestão de carreira e satisfação profissional. 2014. 121f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2014.

ÁVILA-VITOR, M. R. C. **Valores organizacionais e concepções de deficiência**: a percepção das pessoas com deficiência. 2011. 202f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2011.

BARNES, C. Understanding disability and the importance of design for all. **Journal of Accessibility and Design for All**, Barcelona, v. 1, n. 1, p. 55–80, 2011.

BOCK, A. M. B. A psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia. In: Bock, Ana Mercês Bahia; Gonçalves, Maria da Graça Marchina; Furtado, Odair (Org.). **Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007. p. 15-35.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **A pessoa com deficiência e o sistema único de saúde**. Série F. Comunicação e Educação em Saúde. 2. ed. 1. reimp. Brasília: Editora MS – OS 2008/0874, 2008.

BRONFENBRENNER, U.; CROUTER, A. C. Evolution of environmental models in developmental research. In: Kessen, W.; Mussen, P. H. (Eds). **Handbook of child psychology: formerly Carmichael's Manual of child psychology**. New York: Wiley, 1983. p. 357-414.

BRONFENBRENNER, U. Ecological system theory. In: Vasta, R. (Org.). **Six theories of child development**. London: Jessica Kingsley, 1992. p. 187-243.

BRONFENBRENNER, U.; MORRIS, P. A. The Bioecological Model of Human Development. In: Damon, W.; Lerner, R. M. (Eds). **Handbook of child psychology**. New York: John Wiley & Sons, 1998. p. 793-828.

CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico**. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

CARVALHO-FREITAS, M. N.; MARQUES, A. L. A diversidade através da história: a inserção no trabalho de pessoas com deficiência. **Organizações & Sociedade – O&S**, Salvador, v. 14, n. 41, p. 59–78, 2007.

CARVALHO-FREITAS, M. N.; SANTOS, J. C.; MAGALHÃES, D. D. H.; MOREIRA, R. A.; VIEIRA-SILVA, M.; SILVA, V. A.; GUIMARÃES, A. C. Promoção de saúde física e psicológica: intervenções realizadas com pessoas com deficiência física. **Espaço para a Saúde-Revista de Saúde Pública do Paraná**, Curitiba, v. 17, n. 2, p. 246-251, 2016.

CARVALHO-FREITAS, M. N.; SILVA, L. M.; FARIAS, S. P. M.; OLIVEIRA, M. S.; TETTE, R. P. G. Comprometimento organizacional e qualidade de vida no trabalho para pessoas com e sem deficiência. **Psico-USF**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 109–120, 2013.

CARVALHO-FREITAS, M. N.; SILVA, O. A.; TETTE, R. P. G.; SILVA, C. V. A. Diversidade em contextos de trabalho: pluralismo teórico e questões conceituais. **Revista Economia & Gestão**, Belo Horizonte, v. 17, n. 48, p. 174–191, 2017.

CARVALHO-FREITAS, M. N.; TETTE, R. P. G.; PAIVA, A.; NEPOMUCENTO, M. F.; SILVA, V. A. Dimensões de análise da inclusão no trabalho de pessoas com diferença funcional (pessoas com deficiência). In: Encontro Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração, 2018. **Anais...** Curitiba: ANPAD, 2018. p. 1-16.

COSTA, M. C. A. **A percepção dos professores sobre a qualificação profissional para as pessoas com deficiência intelectual**. 2013. 124f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2013.

COSTA, Marisa Vorraber. Currículo e política cultural. In: Costa, Marisa Vorraber (Org.). **O currículo nos limiares do contemporâneo**. 2. ed. Rio de Janeiro. DP&A, 1999.

DIAS, G. N. **Barreiras atitudinais e o processo de socialização organizacionais das pessoas com deficiência.** 2014. 115f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2014.

DINIZ, D. **O que é deficiência.** São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.

FARIA, M. D.; CARVALHO, J. L. F. S. Diretrizes para pesquisas com foco em pessoas com deficiência: um estudo bibliométrico em administração. **Revista Ciências Administrativas – RCA**, Fortaleza, v. 19, n. 1, p. 35-68, 2013.

FOUCAULT, M. **Os anormais.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.

GUIMARÃES, A. C. **Patente e inovações tecnológicas:** novas tendências de intervenção para o educador físico no âmbito da inclusão e diversidade. Editora. Unoesc. 2017.

GUIMARÃES, A. C.; PASCOAL, R. C. A.; CARVALHO, I. Z.; ADÃO, K. S. A inserção social através de práticas de educação física como medidas interventivas para pacientes psicóticos e neuróticos graves do CAPS de São João del-Rei/ MG. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João del-Rei, v. 7, n. 2, p. 254-259, 2012.

GUIMARÃES, A. C., GARCÍA, A. A., DILÁCIO, H. da S., DOMINGUEZ, A. L. A., MAIA, B. L. C., DANTAS, E. H. M.. **Impacto dos exergames sobre parâmetros corporais de indivíduos com Síndrome de Down.** 2019. Universidade do Oeste de Santa Catarina. ISBN 978-85-8422-137-0.

GOFFMAN, E. **Estigma:** notas sobre a manipulação da identidade deteriorada, 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1989.

HITT, M. A.; MILLER, C. C.; COLELLA, A. **Comportamento organizacional:** uma abordagem estratégica. Rio de Janeiro: LTC, 2007.

HONNETH, A. **Luta por reconhecimento**. A gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2009.

IGLESIAS, V. D. O. **A pessoa com deficiência e sua identidade para si na sociedade atual**. 2017. 121f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2017.

KAZOU, K. Analysing the Definition of Disability in the UN Convention on the Rights of Persons with Disabilities: is it really based on a “Social Model” approach? **International Journal of Mental Health and Capacity Law**, New Zealand, n. 23, p. 25, 21 set. 2017.

KOLLER, S. H. **Ecologia do desenvolvimento humano**: pesquisa e intervenção no Brasil. São Paulo: Caso do Psicólogo, 2004.

LIMA, S. S. C. **Repercussões psicossociais da acessibilidade urbana para pessoas com deficiência física**. 2012. 98f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2012.

LUCACHINSKI, E. S.; TONDIN, C. F. **Formação de professores para a alfabetização de alunos com deficiência**. Curitiba: Appris, 2018.

MAIA, A. M. C. **O trabalhador com deficiência na organização**: um estudo sobre o treinamento e desenvolvimento e a adequação das condições de trabalho. 2014. 122f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2014.

MAIA, D. L. C., GOMES, B. C. F., PEREIRA, J. P., DE SOUZA, T., DANTAS, E. H. M., CARVALHO-FREITAS, M. N., GUIMARÃES, A. C. **Estratificação do Risco Cardiovascular em pessoas com deficiência física por meio do escore de risco global**. 2019.

NEPOMUCENO, M. F. **Lei de cotas em concursos públicos: a percepção e a concepção de deficiência das chefias, dos colegas de trabalho e das pessoas com deficiência.** 2013. 144f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2013.

OLIVER, M. **Understanding disability, from theory to practice.** London: Palgrave Macmillan, 1996.

PALACIOS, A.; ROMANÑACH, J. **El modelo de la diversidad: la bioética y los derechos humanos como herramienta para alcanzar la plena dignidad en la diversidad funcional.** Vedra, La Coruña: Ediciones Diversitas – AIES, 2006.

PLAISANCE, E. Da educação especial à educação inclusiva: esclarecendo as palavras para definir as práticas. **Educação**, Porto Alegre, v. 38, n. 2, p. 230, 10 nov. 2015.

RESENDE, M. C. **Análise do perfil psicológico de participantes brasileiros de paradesporto em nível escolar: motivação e resiliência.** 2018. 96f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2018.

_____. **Diversidade e trabalho: as atitudes dos profissionais de Recursos Humanos frente às possibilidades de inclusão de pessoas com deficiência nas organizações.** 2013. 123f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2013.

REZENDE JUNIOR, A. R. N. **Os impactos do contato com pessoas com diferenças funcionais nas concepções de deficiência de futuros gestores.** 2019. 70f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2019.

ROMAÑACH CABRERO, J.; LOBATO, M. Diversidad funcional, nuevo término para la lucha por la dignidad en la diversidad del ser humano. **Foro de Vida Independiente**, p. 1-8, 2005. Disponível em: <http://www.asoc-ies.org/vidaindepend/docs/diversidad funcional_vf.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2019.

SANTOS, J. C. **Sentidos do trabalho para pessoas com deficiência adquirida reinseridas no mercado de trabalho**. 2016. 112f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2016.

SAWAIA, B. B. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: Sawaia, B. B. (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. p. 99-119.

SILVA, T. T. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SILVA, L. M. **A inserção de pessoas com deficiência em pequenas empresas: um estudo sobre a relação vincular e as concepções de deficiência dos gestores**. 2014. 102f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2014.

SILVA, O. A. **Inclusão efetiva, desenho do trabalho e satisfação no trabalho: possíveis compreensões a partir das percepções dos funcionários com diferença funcional de uma Instituição de Ensino Superior pública de Minas Gerais**. 2019. 80f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2019a.

SILVA, V. A. **Valores relacionados ao trabalho e modelos de deficiência: um estudo com profissionais de escolas regulares**. 2019. 84f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2019b.

SIMONELLI, A. P.; JACKSON FILHO, J. M. Análise da inclusão de pessoas com deficiência no trabalho após 25 anos da lei de cotas: uma revisão da literatura.

Caderno Brasileiro de Terapia Ocupacional, São Carlos, v. 25, n. 4, p. 855-867, 2017.

SUZANO, J. C. C. **Concepções de deficiência e percepção de desempenho por tipo de deficiência**: a percepção dos gestores. 2011. 170f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2011.

TAVARES, L. M. F. L. **A educação inclusiva**: um estudo sobre a formação docente. 2016. 143f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2016.

TETTE, R. P. G. **Inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho**: relações entre o significado do trabalho e percepção de suporte social e organizacional. 2013. 150 f. . Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2013.

THE CAROLINA CONSORTIUM ON HUMAN DEVELOPMENT. Developmental Science: A collaborative statement. In: Cairns, R. B.; Elder Jr, G. H.; Costello, E. J. (Orgs.). **Developmental Science**. New York: Cambridge University Press, 1996, p. 97-120.

VEIGA-NETO, A. Michel Foucault e os Estudos Culturais. In: Costa, M. V. (Org.). **Estudos Culturais em Educação**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000. p. 37-69.